



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 06/2011
(OS nº 2011/0146)

EXERCÍCIO: 2010

UNIDADE/ENTIDADE: SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
– SEP/PR

CÓDIGO SIAFI: 20121

PROCESSO Nº: 00045.0001156/2011-52

MUNICÍPIO/UF: BRASÍLIA/DF



110

SUMÁRIO



I - INTRODUÇÃO	3
II - DO ESCOPO DOS EXAMES	3
III - DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS	3
III.I - Resultados da Gestão	3
III.II - Indicadores da Gestão	4
III.III - Funcionamento do Sistema de Controle Interno	5
III.IV - Situação das Transferências	5
III.V - Processos Licitatórios	6
III.VI - Recursos Humanos	7
III.VII - Cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCU, pelo Órgão de Controle Interno e pela Unidade de Controle Interno	8
III.VIII - Passivos a Descoberto	8
III.IX - Restos a Pagar	8
III.X - Irregularidades que causaram dano ou Prejuízo	12
III.XI - Falhas e Irregularidades que não causaram Prejuízo	12
III.XII - Posição Patrimonial e Financeira	12
III.XIII - Chamamento Público	13
III.XIV - Atualização de Informações nos Sistemas SIASG e SICONV	13
III.XV - Entrega de Declarações de Bens e Rendas	13
III.XVI - Sustentabilidade Ambiental	13
III.XVII - Bens de Uso Especial	13
IV - CONCLUSÃO	14
ANEXO I AO RELATÓRIO Nº 06/2011	15
ANEXO II AO RELATÓRIO Nº 06/2011	38
ANEXO III AO RELATÓRIO Nº 06/2011	45
ANEXO IV AO RELATÓRIO Nº 06/2011	72
ANEXO V AO RELATÓRIO Nº 06/2011	73

ce



Woy

I - INTRODUÇÃO

1. Este Relatório apresenta os resultados da ação de controle de auditoria realizada no período de 11/04 a 20/04/2011 na Unidade Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, localizada em Brasília - DF, em cumprimento ao contido na Ordem de Serviço nº 146/2011. O objetivo do trabalho foi analisar os aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo III da Decisão Normativa nº 110, de 01/12/2010, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2010.
2. No primeiro dia de campo, foi apresentada a metodologia de trabalho à Unidade e, ao final, a mesma foi informada das conclusões preliminares e que os resultados serão apresentados por meio do Relatório de Auditoria de Gestão. Importante ressaltar que todas as constatações de auditoria estão suportadas por evidências e que o gestor foi informado de modo a manifestar-se, dando-se, assim, ampla possibilidade de apresentação de novos elementos à equipe de auditoria. Os papéis de trabalho que dão suporte às análises encontram-se arquivados nesta Secretaria de Controle Interno/CC-PR.
3. Os trabalhos foram conduzidos em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental, entrevistas, indagação escrita e conferência de cálculos. Não nos foi imposta qualquer restrição aos trabalhos.
4. Os principais resultados estão apresentados de forma resumida no **Capítulo III** deste Relatório. Os exames realizados resultaram na identificação de constatações relacionadas a aspectos relevantes, detalhadas no Anexo I – “*Constatações Relevantes*”. O Anexo II traz constatações que classificamos como de caráter formal.

II – DO ESCOPO DOS EXAMES

5. O Escopo dos trabalhos abrangeu os itens do Anexo III – “*Conteúdo do Relatório de Auditoria de Gestão*”, da Decisão Normativa nº 110, de 01/12/2010, do Tribunal de Contas da União. Os escopos específicos estão detalhados nos respectivos itens deste Relatório e Anexos.

III – DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

8. Do trabalho realizado, segundo o escopo definido no Capítulo II deste Relatório, verificamos situações, detalhadas nos Anexos I – Constatações de Caráter Relevante, II – Constatações de Caráter Formal e III - Informações. A seguir apresentamos, por item definido no Anexo III da Decisão Normativa nº 110, de 01/12/2010, as análises conclusivas que possuem suporte nas constatações e informações relatadas nos referidos anexos.

III.I – Resultados da Gestão

9. Com base nos dados obtidos do SIAFI, verificou-se que, no ano de 2010, as UGs **110323 – Secretaria de Portos – Obras** e **110309 – Secretaria de Portos/PR** executaram ações relacionadas a **09 (nove)** Programas de Governo, totalizando um montante previsto no Orçamento de R\$ **1.745.031.810,26**. Os valores estão discriminados na Informação I do anexo III.
10. Os principais motivos que levaram à execução aquém do esperado, segundo informações da Unidade, estão relacionados a atrasos na execução dos contratos, em particular os que envolveram obras e serviços de engenharia, dificuldades enfrentadas no processo de contratação, atrasos na

elaboração de projetos básicos ou necessidade de revisão desses projetos, com a realização de estudos adicionais. Houve, inclusive, situações em que não mais se deu a necessidade ou pertinência de execução das ações previstas. Essas ocorrências, em nosso entendimento, indicam a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento das ações e de acompanhamento da sua execução, em especial das obras e serviços, relacionados à atividade-fim do órgão. Por outro lado, ocorreram, ainda, ações para as quais a disponibilização dos recursos somente ocorreu próximo ao término do exercício, fato que independe da gestão do órgão.

11. Os esclarecimentos apresentados pelo Gestor quanto a cada uma das ações que tiveram baixa execução, física e/ou financeira, estão apresentados na *INFORMAÇÃO 1: Baixa execução física das Ações de Governo sob a responsabilidade da SEP/PR e Não Estabelecimento de Metas Físicas*.

12. Constatou-se que para 28 ações não houve definição de metas físicas, particularmente as ações integrantes do Programa 0909 – Operações Especiais. A Unidade informou que, “Conforme Lei nº 11.635/2008: ‘Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços’. Por não resultar produto, não há meta física”.

III.II – Indicadores da Gestão

13. A SEP/PR não estabeleceu indicadores institucionais de avaliação de desempenho, além das metas para os programas de governo que executa.

14. Dentre as atribuições da Secretaria, está a de apoiar as Companhias Docas em suas atividades. A SEP atuou na implantação da Política da Gestão Portuária por Resultados, formalizada por intermédio da Portaria nº. 214, de 11 de setembro de 2009, em atendimento ao Decreto Presidencial nº. 6.413, de 25 de março de 2009. Quanto ao andamento deste Programa, a SEP informou:

“O Programa da Gestão Portuária por Resultados estabeleceu 27 indicadores para serem coletados junto às Companhias Docas e informados para a SEP. Entretanto a execução tem se apresentado em ritmo de implantação lento e variável entre as diferentes Companhias Docas. Razões tais como a falta de recursos orçamentários e a conseqüente pouca priorização do programa em alguns casos explicam tal atraso. Os dados coletados terão que passar por uma análise profunda para serem então calibrados antes de serem disponibilizados. O Programa Porto Sem Papel será uma das fontes de coleta de alguns indicadores.

A fim de apoiar a implantação do programa, a SEP celebrou em 31/12/2010 um convênio de cooperação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Departamento Regional de Santa Catarina. Os trabalhos relativos ao convênio iniciaram com a elaboração de um diagnóstico visando avaliar a gestão da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN). A depender dos resultados colhidos nesta experiência, o mesmo poderá ser ampliado a outras Companhias”.

15. Salientamos que a Unidade possui alguns projetos de destaque, que, dada a relevância, requerem acompanhamento de seus resultados, em particular: o Programa Nacional de Dragagem (PND); o Programa Porto Sem Papel (PSP); o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP); e o Plano Geral de Outorgas.

16. Quanto ao PND, a SEP confeccionou roteiros para elaboração e proposição de projetos de dragagem, elaboração de projeto de dragagem detalhado e manual de apresentação de estudos de

viabilidade de projetos de grande vulto, com base nos quais recebe e analisa os projetos apresentados pelos diversos portos. Entretanto, não informou ter estabelecido indicadores para mensuração dos resultados do programa, como também não o fez para os demais projetos de destaque.



III.III – Funcionamento do Sistema de Controle Interno

17. A SEP possui razoável controle de seus procedimentos internos, necessitando implementar melhorias no fluxo de comunicação entre as diversas áreas.

18. Na **Informação 2 do Anexo III** apresentamos avaliação da atual estrutura de Controle Interno da Unidade, fundamentada na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations – COSO*, de Gerenciamento de Riscos Corporativos, abordando os componentes de ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação, comunicação e monitoramento.

III.IV – Situação das Transferências

19. Foram **celebrados** no exercício de 2010, de acordo com os registros do SICONV e do SIAFI, 05 transferências voluntárias, que totalizaram **R\$ 129.663.594,06**. Além disso, estão registrado,s no Portal SICONV e no SIAFI, 09 convênios celebrados em 2008 e 2009, totalizando **R\$ 301.067.531,80**, que, somados, alcançam o montante de **R\$ 430.731.125,86**, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 01 – Transferências Voluntárias

Programa	2008		2009		2010		Total	
	Otd.	VL Global	Otd.	VL Global	Otd.	VL Global	Otd.	VL Global
1459 - Vetor Logístico Nordeste Setentrional	02	48.855.403,34	03	196.563.677,77	01	33.151.585,13	06	278.570.666,24
0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	01	1.783.769,35					01	1.783.769,35
1470 – Gestão da Política Portuária	02	1.370.000,00			02	3.430.000,00	04	4.800.000,00
1461 – Vetor Logístico Centro - Sudeste			01	52.494.681,34			01	52.494.681,34
1459 - Vetor Logístico Nordeste Setentrional					01	84.850.652,39	01	84.850.652,39
1462 – Vetor Logístico Sul					01	8.231.356,54	01	8.231.356,54
Total	05	52.009.172,69	04	249.058.359,11	05	129.663.594,06	14	430.731.125,86

20. Da análise realizada em dados extraídos do SIAFI, verificamos a existência de 07 transferências com valores “**A APROVAR**”, com vigência expirada até 31/10/2010, totalizando **R\$ 46.964.244,70**, o que sinaliza falta de análise dentro do prazo legal estabelecido ou a falta do registro da aprovação e/ou impugnação das respectivas contas.

21. A Unidade informou que tais transferências encontram-se em análise na unidade técnica ou na unidade financeira. Informou que, “*por se tratar de convênios antigos com acompanhamento técnico e financeiro exercido por órgãos antecessores à SEP (Convênios celebrados com o Ministério dos Transportes, subrogados ao DNIT e por último à SEP e convênios celebrados com o DNIT e subrogados à SEP), sua análise final tem requerido um levantamento mais apurado de documentos técnicos e financeiros que comprovem a execução do objeto conveniado. Muitas vezes os próprios técnicos da conveniente, que acompanharam o processo na sua origem, não mais se encontram em atividade, dificultando, sobremaneira, a obtenção dos dados requeridos*”.

22. Também foram constatados registros no SIAFI de 02 convênios com vigência expirada pendentes de apresentação de prestação de contas, na conta de “**A COMPROVAR**”, totalizando **R\$**



85.404.156,38, o que contraria a IN-STN-nº 01/1997, aplicável a tais convênios. A Unidade informou que a prestação de contas final desses convênios encontra-se em análise, e que falta a atualização no SIAFI. Requer-se, portanto, providências por parte da Unidade no sentido de manter seus registros atualizados. Consta, ainda, 01 transferência com status "aguardando prestação de contas" no SICONV, com data limite para prestação de contas expirada, no montante de **R\$ 51.800,00**, para a qual não houve manifestação da Unidade, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 03/2011. Considera-se, portanto, que para o convênio em comento, não foi observado o contido no inciso II do art. 56 da Portaria Interministerial nº 127/2008.

23. Detectamos, ainda, a situação de duas Transferências com valores "A LIBERAR" no SIAFI e com vigência expirada, no valor de **R\$ 41.958.353,80**. Para uma delas a Unidade informou que "o valor do convênio não foi integralizado, falta atualização no SIAFI", o que indica a necessidade de adoção de providência por parte da Unidade para efeito de atualização, e para a segunda, não apresentou justificativas, embora solicitada por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 03/2011.

24. Para avaliar a regularidade dos procedimentos de formalização e condução das transferências foi selecionada uma amostra, composta pelos processos nº 00045.000111/2009-46, 00045.002982/2008-13, 00045.003278/2010-01 e 00045.000961/2010-88. Dentre os convênios celebrados no exercício, os processos da amostra representaram 27,10 % do valor conveniado. No que se refere a convênios com análise de prestação de contas pendentes com vigências vencidas, a amostra examinada representou 25,5% dos saldos "a aprovar" nessa situação. Como resultado das análises, foram apontados os fatos descritos nas **Constatações 02 do Anexo I, 03 do Anexo II e 04 do Anexo II**

25. Quanto à rotina para garantir que as transferências concedidas estejam de acordo com os artigos 11 e 235 da LRF e legislação correlata, a SEP/PR informou realizar consulta ao CAUC e apensamento ao processo que a originou. Nesse sentido, foi observado, para uma transferência, o fato descrito na **Constatação 01 do Anexo II**.

III.V – Processos Licitatórios

25. No exercício de 2010, conforme consulta ao SIASG, foram firmados pela SEP 22 contratos, no montante de **R\$ 413.668.975,93**.

Quadro 02 – Procedimentos Licitatórios

Quantidade	Modalidade de Licitação	Valor
09	Concorrência	20.828.585,17
06	Concorrência Internacional	372.306.512,70
02	Dispensa de Licitação	15.100.728,00
03	Pregão por Adesão a Ata de Registro de Preços	4.682.425,60
02	Pregão	750.724,46
Total: 22		413.668.975,93

26. Observou-se que a totalidade dos contratos firmados nas modalidades 'concorrência internacional' e 'concorrência' referem-se ao PND – Programa Nacional de Dragagens, tendo sido adotadas concorrências internacionais para a execução das obras e concorrências para contratação de apoio à fiscalização.

27. Verifica-se um número maior de contratos para apoio à fiscalização em relação a execução de obras. Isso decorre da falta de sincronia entre os prazos dos contratos, fato inclusive apontado no **Acórdão 1278/2010 – Plenário**. Diversos contratos de apoio à fiscalização firmados no

exercício destinam-se a acompanhar a execução de obras cujos contratos já haviam sido formalizados no exercício anterior.

28. Para avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios foi definida uma amostra, conforme a seguir descrito:

Quadro 03 – Amostra Licitações

Classificação	Valor total	Valor amostrado	% da amostra	Processos analisados
Concorrência	20.828.585,17	2.286.503,88	10,97%	00045.002581/2009-44 00045.000767/2009-69
Concorrência Internacional	372.306.512,70	Trata-se do Programa Nacional de Dragagem – PND, que foi objeto de atuação do TCU e da Ciset no exercício conforme comentaremos em item específico.		
Dispensa de licitação	15.100.728,00	15.100.728,00	100%	00045.002434/2009-74 00045.001318/2010-71

Observação: Foram também analisados os processos 00045.002752/2008-54, 00045.000242/2008-42 e 00045.002736/2008-61 correspondentes a contratações de anos anteriores, com reflexos no exercício, e o processo 00045.000383/2011-61, do exercício em curso, por ser conexo a outros em exame. Esses processos representam um montante de R\$ 106.776.742,00.

28. Os contratos da modalidade “concorrência internacional” não foram objeto de análise da auditoria, considerando que todos eles foram objeto de fiscalização pelo TCU e pela própria Ciset. A avaliação do cumprimento das determinações decorrentes dessas fiscalizações estão contidas na **Informação 3** – Cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCU.

29. Dos 09 contratos relativos a concorrência, 07 deles, que representam 89 % do valor, já haviam sido objeto de fiscalização pela Ciset no exercício ou de atuação do TCU. Os demais contratos foram objeto de exame por ocasião desta auditoria, e os resultados da avaliação encontram-se na **Constatações 04** do Anexo I.

30. No que diz respeito às dispensas de licitações, os 02 contratos registrados no SIASG foram objeto de exame, tendo sido detectados os fatos relatados nas **Constatações 01 e 03** do Anexo I

31. Dos bens e serviços adquiridos por Pregão, 60%, que correspondem a 86% do valor total, foram contratados por meio de adesão a ata de registro de preço. Foi objeto de análise um contrato firmado em exercício anterior, mas para o qual foram efetuados pagamentos e termos aditivos no exercício. Os fatos observados na análise estão demonstrados na **Constatação 06** do Anexo I

32. Se considerado o conjunto das fiscalizações efetuadas pelo TCU e pela Ciset, observa-se que foi detectado algum tipo de impropriedade em 72% dos contratos, o que corresponde a 98% do valor total contratado. Os apontamentos dizem respeito, principalmente, à avaliação dos preços, o que sugere, em nosso entendimento, que a Unidade deve adotar medidas para melhorar seus processos de análise de custos no tocante a suas contratações.

III.VI – Recursos Humanos

33. De acordo com as informações contidas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, a força de trabalho da Secretaria de Portos é composta por:

Quadro 04 – Recursos Humanos

Tipologia	Quantidade					
	abr/09	dez/09	h%	dez/10	h%	h%
01- Ativo Permanente	-	-	-	-	-	0%
03- Requisitado	45	40	-11%	75	88%	41%
04- Nomeado Cargo Comis.	38	37	-3%	30	-19%	16%
07- Natureza Especial	-	-	-	1	-	1%
12- Contrato Temporário	-	-	-	-	-	0%
14- Req.De Outros Órgãos	26	28	8%	30	7%	16%
18- Exerc.Descent Carreira	2	5	150%	22	340%	12%
43 - CLT ANS -DEC 6657/08	-	11	-	25	-	14%
44- Exerc. §7º Artº3 8112	-	-	-	-	-	0%
66- Estagiário	-	-	-	-	-	0%
Total	111	121	9%	183	51%	100%

CLT - Consolidação Das Leis Do Trabalho	-	11	-	52	373%	28%
EST - Regime Jurídico Único	111	110	-1%	130	18%	71%
ETG - Estágio	-	-	-	-	-	0%
NES - Natureza Especial	-	-	-	1	-	1%
Total	111	121	9%	183	51%	100%

34. Até novembro de 2010 as atividades relativas à gestão de Recursos Humanos da SEP encontravam-se sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas da Casa Civil da Presidência da República. A partir dessa data, a SEP assumiu a gestão.

III.VII – Cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCU, pelo Órgão de Controle Interno e pela Unidade de Controle Interno

III.7.1 – TCU:

35. O Tribunal de Contas da União emitiu, no exercício de 2010, diversos Acórdãos, resultando em determinações à SEP/PR, conforme consta na Informação 3 do Anexo III.

III.7.2 – Ciset/SG-PR:

36. As análises detalhadas sobre as constatações e recomendações expedidas pela Ciset/PR, estão consignadas na Informação 4 do Anexo III.

III.VIII – Passivos a Descoberto

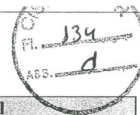
37. A SEP/PR não possui passivos a descoberto registrados em sua contabilidade.

III.IX – Restos a Pagar

38. Apresentamos, a seguir, o demonstrativo contendo os recursos inscritos em restos a pagar em anos anteriores à 2010: *J*

Quadro 05 – Restos a Pagar

Empenho	Nome	RP Processados a Pagar	RP não-Processados a Pagar	Situação Atual
110309 SECRETARIA DE PORTOS/PR				
2008NE900036	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS		100.000,00	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE900028	PEDRO PORFIRIO DA FONSECA ME	16.403,17	2.229,50	"Os valores processados não foram liquidados devido a situação irregular da empresa no sistema SICAF, impossibilitando assim o devido pagamento"
2009NE900042	SERPRO - REGIONAL BRASILIA/SERPRO		381.329,32	"O cronograma físico-financeiro do projeto previa o início da execução do contrato pra 01 de outubro de 2009, com a implantação do sistema, referente às etapas: Desenho do Portal de Informações; Estatísticas Portuárias; Cadastro Portuário; Informações Gerenciais; Áreas de Trabalho e Portal de Informações Portuárias, prevista para ser concluída em um prazo de 04 meses. A última etapa: Produção e Manutenção do Sistema, com duração prevista de 12 meses, estava vinculada à conclusão das etapas de implantação anteriores. Portanto, o atraso na assinatura do contrato em 01 (dois) meses e a necessidade de mais 03 (três) meses para conclusão da implantação do sistema Portal de Informações Portuárias configuraram a necessidade de aditamento de prazo do contrato para que a Produção e Manutenção do sistema ocorressem até o final de junho de 2011, com último pagamento previsto para julho de 2011. Consequentemente, ao final de dezembro de 2010 houve necessidade de inscrever em Restos a Pagar os R\$ 381.329,32 referentes aos últimos 06 (seis) meses de Produção e Manutenção do sistema".
2009NE900055	FUNDACAO DE APOIO A PESQ. CIENTIF. TECN. DA UFRJ		500.000,00	Não houve manifestação da SEP, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011. O saldo de RP correspondente a esse empenho encontra-se bloqueado
110323 SECRETARIA DE PORTOS – OBRAS				
2005NE900009	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO/ENT.CTA.UNICA-TCT	11.285,60		"Trata-se de empenhos de recursos destinados ao aumento da Participação da União no Capital das Companhias Docas, até o limite autorizado por Decreto Presidencial. Os empenhos realizados nos exercícios de 2005 e 2006 foram inscritos pelo Ministério dos Transportes, e processados/liquidados pela Secretaria de Portos, em 2007, quando esta assumiu a competência sobre as Companhias Docas; A maioria dos empenhos relacionados pela Ciset diz respeito a Ações cujas funcionais no Orçamento de Investimentos das Empresas vêm mantendo-se ano após ano por interesse das Companhias Docas e, consequentemente, as respectivas aberturas de créditos por meio de
2005NE900012	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO CODESA	962.659,35		
2005NE900013	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO/CODESP	326.178,14		
2005NE900015	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO CODESA	148.509,33		
2005NE900017	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO CODESA	228.344,78		
2005NE900018	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO CODESA	801.700,00		
2006NE900003	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO/CODESP	99.093,77		
2006NE900006	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO/CDRJ	1.257.920,32		



[Handwritten signature]

Empenho	Nome	RP Processados a Pagar	RP não-Processados a Pagar	Situação Atual
2006NE900004	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO/CODESP	52.101,88		Decreto Presidencial, fato que se repetiu em 2011;
2009NE000063	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA/CODEBA	550.000,00		Entretanto, até o momento, esta Secretaria não recebeu nenhuma solicitação de repasse, nem tampouco de cancelamento, por parte das Companhias Docas, para as seguintes notas de empenho...(relacionou as notas descritas ao lado)"
2009NE000070	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA/CODEBA	1.000.000,00		
2009NE000073	COMPANHIA DOCA DO RIO GRANDE DO NORTE/CODERN		500.000,00	"Trata-se de recursos de 'Demais Investimentos' (não PAC), para Participação da União no Capital das Companhias e estão aguardando disponibilidade financeira, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional
2005NE900001	DOCAS DE SAO PAULO	75.189,28		"há necessidade de se consultar as companhias Docas antes de emitir qualquer pronunciamento"
2005NE900016	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO CODESA	6.741,64		
2006NE900005	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO/CODESP	9.213,00	4.413.142,63	
2006NE900009	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO/CODESP	1.968.799,00		
2008NE000089	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO/CODESP	144.750,00	1.942.342,00	
2005NE900010	DOCAS	0,22		"As notas de empenho 2005NE900010, 2006NE90007 e 2006NE900008, com saldos residuais de R\$ 0,22, R\$ 0,45 e R\$ 28,24, respectivamente, deverão ser cancelados";
2006NE900007	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA/CODEBA	0,45		"Esse recurso foi empenhado, mas não será pago. As obras do convênio já foram concluídas".
2006NE900008	COMPANHIA DOCA DO RIO GRANDE DO NORTE/CODERN	28,24		
2008NE900015	COMPANHIA DOCAS DO CEARA/CDC		276.530,24	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE000006	CONSTRUTORA TRIUNFO S/A		0,01	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE000009	HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA		32.546,24	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE000010	CONSTRUTER SERVICOS LTDA		24.721.979,95	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE000011	ECOPLAN ENGENHARIA LTDA		140.767,26	"Os pagamentos à ECOPLAN foram suspensos em função do Acórdão TCU 0327/2009 e AC-1998/2010"
2009NE000018	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA		42.758,28	"Trata-se de recursos de 'Demais Investimentos' (não PAC), para Participação da União no Capital das Companhias e estão aguardando disponibilidade financeira, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional"
2009NE000029	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP		3.000.000,00	O projeto do Berço 100 do Porto do Itaqui/MA está sofrendo revisão"
2009NE000043	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP		600.000,00	"A Recuperação do Berço 102 do Porto de Itaqui (MA) foi concluída e a Recuperação do Berço 101 teve atraso na execução devido à necessidade de ajustes técnicos e contratuais entre EMAP e a Contratada".
2009NE000058	SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTES		10.000.000,00	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011

Handwritten signature/initials

Empenho	Nome	RP Processados a Pagar	RP não-Processados a Pagar	Situação Atual
2009NE000059	ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA		50.000.000,00	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE000060	ECOPLAN ENGENHARIA LTDA		2.378.420,00	"Os pagamentos à ECOPLAN foram suspensos em função do Acórdão TCU 0327/2009 e AC-1998/2010"
2009NE000074	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO/CDRJ		181.000.000,00	"A Nota de Empenho 2009NE000074, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro refere-se a custeio e destina-se, em boa parte, ao pagamento de dívida com o INSS, cuja gestão vem sendo acompanhada pela Assessoria da Secretaria Executiva desta SEP"; "Trata-se de recursos de 'Demais Investimentos' (não PAC), para Participação da União no Capital das Companhias e estão aguardando disponibilidade financeira, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional".
2009NE000078	SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO GOVERNADOR ERALDO G		5.350.000,00	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE900027	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO CODESA		2.000.000,00	"Com relação aos empenhos 2009NE900008 e 2009NE900027, os mesmos são referentes a convênios e as ponderações/explicações estão sendo preparadas e enviadas oportunamente pelo Departamento de Infraestrutura Portuária"
2009NE900008	COMPANHIA DOCA DO RIO GRANDE DO NORTE/CODERN		383.540,27	
2009NE900012	VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA		1.525.585,97	"Obra do Rio de Janeiro está atrasada, mas em andamento".
2009NE900013	ENTERPA ENGENHARIA LTDA		280.297,11	"Obra de Angra dos Reis foi concluída em 19 de outubro de 2010. O saldo informado será cancelado".
2009NE900014	SERPRO - REGIONAL BRASILIA/SERPRO		2.210.384,02	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE900019	HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA		2.097.694,06	"O empenho possui RP para continuidade da execução do contrato de apoio à fiscalização da dragagem de aprofundamento e manutenção, que foi assinado em 07/01/201 e tem conclusão prevista para 03/10/2012, com valor total de R\$ 4.956.007,61, dos quais já foram pagos R\$ 1.902.305,94".
2009NE900020	CONSTRUTORA TRIUNFO SA		39.256.986,67	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE900026	BANDEIRANTES DRAGAGEM E CONSTRUCAO LTDA		16.559.935,40	"Dragagem em Natal-RN. Obra atrasada, mas em andamento"
2009NE900029	HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA		1.064.943,21	Não houve manifestação, embora solicitada por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2011
2009NE900033	ENTERPA ENGENHARIA LTDA		39.091.032,45	"Dragagem em Cabedelo-PB. Obra atrasada, mas em andamento".

39. Observa-se que parcela expressiva dos recursos inscritos em restos a pagar há mais de um exercício referem-se a obras e serviços de engenharia. O fato decorre de atrasos no cumprimento dos cronogramas, da suspensão de pagamentos por determinação do controle externo, e de projetos que necessitam de revisão, o que significa que a Unidade precisa adotar medidas no sentido de melhorar os processos de planejamento das contratações e de acompanhamento das obras.

40. Também requer atenção a atuação da Unidade no acompanhamento dos investimentos realizados pelas Companhias Docas por meio de Participação da União em seu capital.



Yp



III.X – Irregularidades que causaram dano ou Prejuízo

41. Não foram constatadas irregularidades que tenham resultado em dano ou prejuízo para a Unidade em 2010.

III.XI – Falhas e Irregularidades que não causaram Prejuízo

42. As impropriedades abaixo não resultaram em dano ou prejuízo e encontram-se detalhadas nos **Anexos I e II - “Demonstrativo de Constatções Relevantes/de Caráter Formal”**

Quadro 06 – Relação das Constatções que não causaram Prejuízo

Referência	Constatção
Constatção 1, Anexo I	Dispensa de Licitação, incisos VIII e XVI do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, sem pesquisa de preço.
Constatção 2, Anexo I	Celebração de Convênio para execução de serviço para o qual caberia a formalização por meio de instrumento contratual.
Constatção 3, Anexo I	Dispensa de licitação, com base no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviço não relacionado a ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional
Constatção 4, Anexo I	Inadequações das prorrogações do Contrato nº 03/2008 e superação do limite de acréscimo contratual estabelecido no art. 65 da Lei nº 8.666/93
Constatção 5, Anexo I	Locação de imóveis com indícios de sobrepreço
Constatção 1, Anexo II	Ausência de Registro da Transferência nº 666.448 no SICONV
Constatção 2, Anexo II	Substituição de equipe técnica do contrato nº 15/2010
Constatção 3, Anexo II	Retardo na análise de prestação de contas do convênio nº 011/95-MT.
Constatção 4, Anexo II	Convênio SEP/60/2010 firmado com órgão com restrição no CAUC.

III.XII – Posição Patrimonial e Financeira

43. De acordo com declaração do Contador Responsável, os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Portos, exceto no tocante a:

a) Restrição contábil 106 – Falta de Depreciação de Ativos Permanentes;

Quanto ao essa restrição, o gestor, no Memo nº 352/2011/SEP/PR, de 08/06/2011 assim se manifestou:

“ Os ativos permanentes desta SEP são contabilizados no âmbito da Secretaria de Administração da Presidência da República e que o saldo que constou do Ativo permanente da SEP teve origem em lançamento indevido, já regularizado.

A setorial contábil informou que os bens móveis que dão origem aos saldos das contas abaixo apontadas, permanecem registrados na Secretaria de Portos desde o exercício de 2010 e não na Secretaria de Administração da Presidência da República:

CONTA	NOME DA CONTA	VALOR EM R\$
1.4.2.1.2.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	17.200,00
1.4.2.1.2.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	6.317,60
1.4.2.1.2.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	3.837.611,54

Por consequência, a restrição 106 – Falta de Depreciação de Ativos Permanentes, será mantida no SIAFI pela Setorial Contábil, tendo em vista a ausência de registro da depreciação dos



YMS

saldos nas contas acima relacionadas, que deve ser feito com periodicidade mensal, em atenção à NBCT 16.9.

III.XIII – Chamamento Público

44. A SEP/PR não celebrou, no exercício, convênios com entidades privadas, ~~sem fins~~ lucrativos.



III.XIV – Atualização de Informações nos Sistemas SIASG e SICONV

45. De acordo com o resultado da análise dos processos de licitação e dispensa, da amostra selecionada, mencionada no item III.V, verificamos que os contratos firmados pela Unidade encontram-se atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

46. Entretanto, constatamos que o Convênio nº 666.448 não se encontra devidamente registrado no SICONV, conforme abordado na Constatação 1 do Anexo II – Constatações de Caráter Formal.

III.XV – Entrega de Declarações de Bens e Rendas

47. Por meio do Mem. Nº 215/2011/SEP/PR, de 14/04/2011, a Unidade informou que:

“a) A partir do exercício de 2008 para cumprir a Lei nº 8.730/93 foi adotado pela Presidência da República os procedimentos determinados pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06/09/2007.

b) Tendo em vista que até novembro de 2010 o acervo funcional da SEP estava sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas da Casa Civil da Presidência da República, o envio das declarações de bens e renda ficavam sob a responsabilidade da referida Diretoria”.

III.XVI – Sustentabilidade Ambiental

48. A SEP/PR adota, em seus editais, projetos e termos de referência, critérios de sustentabilidade ambiental, conforme descrito na Informação 6 – Anexo III

49. A SEP/PR dispõe de coordenação específica para tratar de assuntos ambientais.

50. As contratações de obras, em especial as do PND, devem ser sempre precedidas de licenciamento junto ao órgão ambiental competente, na forma da legislação correlata.

51. Para assegurar o cumprimento das condicionantes contidas nessas licenças, tem adotado para algumas obras de dragagem, a contratação de serviços de monitoramento ambiental.

III.XVII – Bens de Uso Especial

60. O Balancete da Unidade, posição em 31/12/2010, não apresenta saldo na conta Bens Imóveis.



61. A Unidade exerce suas atividades em imóveis locados, conforme quadros abaixo:

Quadro 07 – Bens Locados pela Unidade

Endereço	Motivo da Utilização	Nº do contrato	Valor Mensal do Aluguel (R\$)
SCN Quadra 04 Pétala "C" salas 103, 1302, 1403, Mezanino e Cobertura, Centro Empresarial Varig, Brasília DF, e ainda 12 vagas de garagem	Instalação da Secretaria de Portos para desenvolvimento dos trabalhos pertinentes ao órgão	12/7/2007	144.630,57
SCN Quadra 04, Bloco "B", Pétala "C" sala 1203, Centro Empresarial Varig, Brasília DF, e ainda 12 vagas de garagem	Instalação da Secretaria de Portos para desenvolvimento dos trabalhos pertinentes ao órgão	10/2009	46.892,00



62. A avaliação da condução desses contratos encontra-se na Constatação 5 do Anexo I.

63. Quanto aos bens móveis, a Unidade informou que: *"todos os bens móveis, patrimoniados para a Secretaria de Portos da Presidência da República são apropriados pela DILOG/PATRI da Presidência da República, a Secretaria não tem gestão própria de patrimônio."*, ou seja, a gestão de patrimônio da SEP é exercida pela Secretaria de Administração da Secretaria geral da Presidência da República.


III.XVIII – Gestão de Tecnologia da Informação

64. Diante do montante de gastos com softwares e sistemas, especialmente no tocante ao Projeto Porto sem Papel, a gestão de TI da SEP/PR, em nosso entendimento, apresenta riscos quanto a sua condução, quer seja por deficiência ou ausência de metodologia e critérios definidos, quer seja quanto ao reduzido quadro funcional de que dispõe, ensejando deficiência dos controles internos neste quesito. Na Informação 6 do Anexo III abordamos o assunto.

IV – CONCLUSÃO

65. Uma vez abordados os pontos requeridos pela legislação e normas aplicáveis, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.


MONICA RONDINA
AFC/COAUD/CISSET/SG-PR

Brasília, 29 de junho de 2011

EMILIO FREITAS TERRAZA
AFC/COAUD/CISSET/SG-PR

De Acordo.


MARCIA DA ROSA PEREIRA
Coordenadora – Geral de Auditoria

